

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSUS EM GESTÃO
EDUCACIONAL**

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA A
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA**

MONOGRAFIA

Carla Hulda Pfeifer Drescher

Agudo, RS, Brasil.

2014

A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

Carla Hulda Pfeifer Drescher

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientador: Prof. Ms. Claudio Emelson Guimarães Dutra

Agudo, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização Lato Sensus em Gestão Educacional**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia
de Especialização**

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA A GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA ESCOLA**

elaborado por
Carla Hulda Pfeifer Drescher

Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Ms Claudio Emelson Guimarães Dutra
(Presidente/ Orientador)

Profª. Ms Myrian Cunha Krun (UFSM)

Profª Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim (UFSM)

Agudo, 29 de novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Na realização deste trabalho muito tenho a agradecer pela sua sincera colaboração para que este se concretizasse.

A minha família, pais, irmãos, marido e filha pela sua compreensão diante da minha ausência em vários momentos, quando estes necessitaram da minha presença e, na realização deste estudo, não pude comparecer. Obrigada pela compreensão e por sempre estarem ao meu lado.

Aos meus colegas professores, que me auxiliaram com seus conselhos, opiniões e na realização da pesquisa. Meu sincero obrigada.

À escola RA, por ter aberto espaço para que realizasse a pesquisa e ampliasse o conhecimento em torno do tema proposto, pela acolhida e disposição em construir saber. Muito obrigada pela contribuição nesta caminhada.

Ao meu professor orientador pela sua paciência, disponibilidade e predisposição em sanar todas as dúvidas que surgiram em torno da realização deste trabalho. És um profissional comprometido com o que faz e dedicado na busca da construção do saber. Sua ajuda foi fundamental e lhe serei eternamente grata pela sua orientação. Aprendi e muito com os seus ensinamentos e antes de ser um orientador és um facilitador da aprendizagem, alguém preocupado em disseminar saber, mas além de tudo de buscar a construção conjunta do saber. Por isso, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

AUTORA: CARLA HULDA PFEIFER DRESCHER.

ORIENTADOR: Prof. Ms. CLAUDIO EMELSON GUIMARAINS DUTRA.

Data e Local da defesa: Agudo, 29 de novembro de 2014.

O trabalho procura demonstrar a importância da criação do Conselho Escolar para a democratização da educação na escola. Este se constitui em um espaço de discussão de todos os segmentos escolares, através do qual a escola pode definir ações que contemplem os desejos de todos em prol da melhoria da educação. Assim, o presente trabalho procurou compreender como a formação do Conselho Escolar na escola e seu conseqüente funcionamento, pode contribuir para uma gestão democrática da educação no âmbito escolar. Neste sentido, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto e também um estudo de caso, através da aplicação de um questionário em uma escola de Ensino Fundamental Completo do município de Lagoa Bonita do Sul-RS, escola esta que não apresenta um Conselho Escolar constituído e enfrenta uma série de dificuldades quanto a aprendizagem dos alunos como também nas questões referentes a presença dos pais no ambiente escolar no que se refere a participação na vida escolar de seus filhos. Verificou-se a necessidade da formação de um Conselho Escolar na escola estudada, sendo este uma alternativa de aproximação de todos os segmentos escolares_ pais, professores, alunos, funcionários, equipe diretiva e comunidade_ com a finalidade de buscar estratégias de melhoria do ensino da escola e também de ampliar a participação e o comprometimento de todos para com a educação. A reunião mensal ou até semanal de todos os segmentos, através do Conselho Escolar, é uma ferramenta de diálogo e de respeito às diferenças, através do qual se exerce a cidadania e a democracia, que fornece a possibilidade de participar e de transformar a educação. Portanto, o Conselho Escolar fortalece a democracia dentro do ambiente escolar e estabelece o comprometimento de todos para com a escola e a melhoria da qualidade do ensino, contribuindo para a construção de um conhecimento significativo para a sociedade.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Conselho Escolar; Cidadania.

ABSTRAT

Specialization monograph
Lato Sensu Specialization Course in Education Management
Federal University of Santa Maria

THE COUNCIL OF IMPORTANCE TO SCHOOL MANAGEMENT DEMOCRATIC SCHOOL

AUTHOR: CARLA HULDA PFEIFER DRESCHER.

SUPERVISOR: Prof. Ms. CLAUDIO EMELSON GUIMARAINS Dutra.

Date and defense Location: Acute, November 29, 2014.

The work aims to show the importance of creating the School Board for the democratization of education in school. This constitutes a forum for discussion of all school segments, through which the school can define actions that address the desires of all for the improvement of education. Thus, the present study sought to understand how the formation of the School Board in the school and its subsequent operation, can contribute to a democratic management of education in schools. In this sense, a literature review on the theme and also a case study was carried out by applying a questionnaire in a school Elementary School Full Bonita county Lagoa do Sul-RS, this school that does not have a School Board constituted and faces a number of difficulties for student learning but also on issues related to the presence of parents in the school environment as regards participation in the school life of their children. There was a need to form a School Council at the school, which is an alternative approach to all segments schools_ parents, teachers, students, staff, management team and Community_ in order to get school education improvement strategies and also to increase the participation and commitment of all to education. The monthly or even weekly meeting of all segments through the School Council, is a dialog tool and respect for differences, through which it carries on citizenship and democracy, which provides the opportunity to participate and transform education. Therefore, the School Board strengthens democracy within the school environment and establishes the commitment of all to the school and improving the quality of education, contributing to the construction of a significant knowledge to society.

Keywords: School Management; School Board; Citizenship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1.CONSELHO ESCOLAR: DA ORIGEM À INTEGRAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO.....	12
1.1.Conselho Escolar: origem e contextualização.....	12
1.2.Conselho Escolar e os sistemas de ensino.....	15
2. O CONSELHO ESCOLAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO.....	19
3. O CONSELHO ESCOLAR E A ESCOLA: ESTUDO DE CASO.....	26
3.1 Os alunos.....	27
3.2 A família.....	31
3.3 Os profissionais da educação: professores, equipe diretiva e funcionários.....	35
4.CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE.....	49
Apêndice A.....	50
Apêndice B.....	51
Apêndice C.....	52

INTRODUÇÃO

A escola vivencia um momento de profundas transformações influenciadas pelas mudanças ocorridas no mundo globalizado, as quais exigem dela uma postura diferente frente à forma de educar. Essas transformações são necessárias e necessitam uma aliança entre todos os segmentos que compõem a Comunidade Escolar: equipe diretiva, professores, alunos, pais e funcionários. O isolamento da escola, não é mais possível. É preciso que ela se abra a participação e compartilhe funções, para que atinja seus objetivos e consiga desenvolver uma educação válida, voltada para a realidade do aluno e que atenda às suas necessidades, integrando-o conscientemente na sociedade.

A abertura para a participação é uma necessidade da escola, pois esta precisa buscar uma aproximação maior com a família para construir alternativas que a auxiliem no desenvolvimento de uma educação de qualidade. A escola vivencia um momento de abandono da família em relação à educação dos filhos, pois, na maioria das vezes, os pais, por falta de tempo ocasionado pela intensa jornada de trabalho, ou por descaso, ou então por falta de oportunidades ofertadas pelas escolas, não participam do processo de educação de seus filhos. A aproximação da família da escola deve ser um objetivo da educação, pois é através dela que a escola pode consolidar laços firmes em prol de uma educação de qualidade e buscar efetivar uma gestão democrática do ensino, chamando todos a participar e se comprometer com a melhoria do ensino.

A busca por uma gestão democrática da educação perpassa pela aproximação da família da escola. A formação de Conselhos Escolares pode ser uma alternativa para chamar a família para a escola, a participar da tomada de decisões dentro do seio escolar. Formado por vários segmentos- direção, professores, alunos, funcionários, pais- este Conselho tem a função de deliberar sobre assuntos pedagógicos, financeiros e deve ser consultado frente às necessidades da escola. É um meio democrático de participação dos diferentes segmentos escolares, tornando-se de primordial importância para a transformação da educação brasileira.

Assim, o presente trabalho tem como problema: Qual a importância da formação dos Conselhos Escolares para uma gestão democrática da escola? Neste

sentido, procurou-se compreender como a formação dos Conselhos Escolares pode contribuir para que se atinja uma gestão democrática dentro do ambiente escolar, almejando a participação de todos os segmentos na tomada de decisões e na efetivação de estratégias de melhoria do ensino. Além disso, definiu-se como objetivos específicos do trabalho: refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem e sua relação com o meio em que está inserida a escola; perceber a família como agente do processo educacional e fazer com que ela assim também se perceba; estudar o contexto escolar para que se possam estabelecer alternativas para a integração das famílias com ela; integrar família e escola em um projeto de melhoria da educação.

Para a realização deste trabalho foi realizado um estudo de caso, através do qual utilizou-se a realidade escolar de uma escola do interior do município de Lagoa Bonita do Sul-RS, escola esta que possui o Ensino Fundamental Completo, atendendo alunos da Educação Infantil (jardim e pré-escolar) até o 9º ano. Porém neste trabalho foi estabelecido como público alvo os alunos do 6º ao 9º ano, suas respectivas famílias, todos os professores e funcionários e a equipe diretiva da escola. Assim, a pesquisa realizada utilizou-se da literatura existente sobre o Conselho Escolar e da aplicação dos questionários com os segmentos escolares da escola estudada. Participaram do questionário 33 famílias, 45 alunos e 12 professores/funcionários e equipe diretiva. Os dados coletados foram interpretados e constituem a base para a afirmação da necessidade de organização do Conselho Escolar na escola para a democratização da gestão na escola.

Uma maior participação da família na escola é uma forma de delegar tarefas e retomar a função da família no processo de educação. Mas também é um meio de democratizar a educação brasileira, pois se faz necessário abrir a escola para ouvir a família, suas necessidades, seus desejos, anseios e suas buscas. Essa abertura demanda necessariamente uma reformulação do currículo e da estrutura da escola, pois da forma como o ensino está organizado, nem sempre é o que a família deseja que seu filho aprenda. A família pode ter outras prioridades do que a escola fornece, e por isso a organização de Conselhos Escolares que debatam as necessidades de todos os segmentos é importantíssima.

Neste viés, a organização de Conselhos Escolares apresenta-se como uma alternativa de transformação da escola e também de comprometimento da família no processo educativo, pois não basta apenas apontar as falhas da educação, mas é necessário participar ativamente no processo educativo dos filhos. A participação efetiva da família na escola necessita da abertura da escola, possibilitando que esta venha a conhecer melhor o meio escolar, como esta funciona, o que objetiva, sua finalidade, construir conjuntamente com esta o seu Projeto Político Pedagógico e outros projetos que comprometam a família com o projeto educativo da escola.

O Conselho Escolar é visto aqui como um meio de transformação da educação no ambiente escolar e uma ferramenta de luta dos diferentes segmentos escolares em prol da melhoria da qualidade da educação. Sua organização e funcionamento garantem a participação de todos na organização da escola e sua ação deve ser constantemente ampliada visando sempre atingir os objetivos estabelecidos para a educação na escola. É um espaço de diálogo, de respeito às diferenças e de estabelecer o consenso em torno do que se quer para a escola.

O trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro capítulo intitulado “Conselho Escolar: da origem à integração no sistema de ensino” procurou-se realizar um breve apanhado sobre a origem da organização do ser humano em Conselhos e a função que estes possuíam frente às diferentes sociedades nas quais se organizaram, além de demonstrar como os sistemas de ensino foram integrando a organização dos diferentes conselhos educacionais em seus sistemas ao longo dos anos. O segundo capítulo, “O Conselho Escolar e a gestão democrática da educação” debate questões referentes a organização do Conselho Escolar como uma forma para se buscar a gestão democrática da educação, demonstrando a sua importância dentro do ambiente escolar, como ferramenta de busca de democratização da gestão do ensino. O terceiro capítulo, “O Conselho Escolar e a escola: estudo de caso”, constitui-se na pesquisa realizada em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental Completo do município de Lagoa Bonita do Sul-RS, pesquisa esta realizada com os alunos do 6º ao 9º ano, as respectivas famílias destes alunos e professores, direção e funcionários desta escola. Este capítulo apresenta as considerações em torno das respostas obtidas e faz algumas análises em torno da importância da ampliação da participação destes segmentos na escola, tendo como foco a organização do Conselho Escolar.

Enfim, o trabalho procurou demonstrar a importância do Conselho Escolar para a escola como um meio de democratizar a educação e aproximar os segmentos escolares em prol da melhoria do ensino. Estabelecer alianças e oportunizar meios para que todos participem é comprometer todos com um projeto de educação democrática voltado para a cidadania e a integração da sociedade na busca de melhorias reais para a sua vida.

1. CONSELHO ESCOLAR: DA ORIGEM À INTEGRAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO

1.1. Conselho Escolar: origem e contextualização

A origem da organização humana em conselhos remonta a origem da política e do poder e atesta que, desde que o ser humano se organizou em sociedade e passou a viver comunitariamente, este sempre foi regido por organizações que estavam estruturadas por grupos de homens tidos dentro dela como “sábios”, sendo geralmente formados pelas pessoas mais velhas. Essas organizações, os conselhos, deliberavam sobre os mais diversos assuntos relacionados a vida das pessoas que compunham cada comunidade e possuíam uma importância fundamental para o bom funcionamento das sociedades.

Historicamente, os primeiros registros dos conselhos podem ser observados há três milênios, pois existiam formas populares de organização e participação do povo nas tomadas de decisões:

Os registros históricos indicam que já existiam, há quase três milênios, no povo hebreu, nos clãs visigodos e nas cidades-Estado do mundo greco-romano, conselhos como formas primitivas e originais de gestão dos grupos sociais. A Bíblia registra que a prudência aconselhara Moisés a reunir 70 anciãos ou sábios. Para ajudá-lo no governo de seu povo, dando origem ao Sinédrio, o Conselho de Anciãos do povo hebreu. (BRASIL, 2004, p. 13).

As sociedades antigas viam os Conselhos com “bons olhos” e tinham uma visão de pertencimento a comunidade muito mais fortes do que as sociedades contemporâneas. Para tanto, as pessoas que compunham os Conselhos geralmente eram pessoas que por sua experiência e seu notável conhecimento, eram tidos como sábios e possuíam um grande respeito dentro da sua comunidade. Por isso eram constantemente ouvidos, o que deu origem a organização de conselhos, que adquiriram muito prestígio e constituíram-se em um forte elo entre a administração pública (composta por um rei ou um imperador) e o povo.

Com o advento da sociedade moderna o critério de escolha dos membros dos Conselhos passa por uma séria mudança. O critério agora, não é mais o da sabedoria, do respeito e da virtude, mas sim o poder de influência que a pessoa

possui: seja militar, política ou religiosa. Assim, transforma-se em um cargo exclusivo de troca de favores, em que as elites acabam monopolizando o poder de tomada de decisão ao seu favor.

Na Itália, a partir do século X, instituíram-se “Os conselhos, como forma de organização representativa do poder político na cidade-Estado” (BRASIL, 2004, p. 16). Quando do seu surgimento era uma comuna feudal com teor aristocrático, pois participavam dela apenas os burgueses e os dinastas. Com o passar do tempo, foi se ampliando e ganhou um aspecto mais popular com a integração de pessoas do povo. A Itália adota o sistema do Conselho Comunal até os dias atuais e esta tem a função similar as nossas Câmaras de Vereadores, cujos conselheiros são escolhidos mediante eleição, na qual o povo escolhe seus representantes.

Porém a maior expressão da organização e autogestão por meio de um Conselho está representada na Comuna de Paris, de 1871:

A Comuna de Paris foi um Governo de trabalhadores por dois meses na França, em 1871. É considerada por alguns historiadores como a primeira experiência histórica de autogestão operária por meio de conselhos populares. Na opinião de Eric Hobsbawm (1982, p. 184), foi um Governo insurrecional de trabalhadores em uma única cidade e “[...] foi importante não apenas por aquilo que realizou, como por aquilo que anunciou; era mais formidável como símbolo do que como fato”. (ALVES, 2005, p. 18).

A partir do século XX temos as experiências das organizações operárias, que surgem com o advento da indústria, e fomentam estes tipos de organização de classes que buscam a melhoria das suas condições de trabalho e de salário. Os conselhos de operários da fábrica, ou então os conselhos dos delegados de operários, são exemplos de representação comunitária deste período. Porém, a maior expressão deste tipo de organização reflete-se na luta dos soviets durante a Revolução Russa, na Rússia, no início do século XX:

Segundo Follis (1992), a revolução soviética configura a única situação de institucionalização dos conselhos operários com a função de órgãos de representação política e de Governo local. Volim (1980), em seu livro *A revolução desconhecida*, relata o nascimento do primeiro Soviete, no qual ele mesmo estava envolvido. A palavra soviets significa conselho em russo e é responsável pela denominação que o regime adotaria a partir da Revolução de 1917. (Ibid, p. 18).

Esses conselhos de classe funcionavam através da democracia direta ou representativa e buscavam resolver as tensões que surgiam dentro do seio do trabalho. Sendo assim, constituíam conselhos populares de luta e de representatividade da classe e buscavam solucionar os conflitos decorrentes das diferenças entre as elites e as classes mais pobres, as quais serviam os interesses capitalistas.

No Brasil, a visão de conselhos esteve ligada a noção de “notório saber”, ou seja, era um mecanismo utilizado pelo Rei, que usava esses conselhos para exercer seu poder soberano, ficando o saber popular sem utilidade para a gestão da coisa pública. Essa visão de conselho tem uma real modificação somente a partir da década de 1980, através da luta do povo pelo processo de redemocratização do país

No contexto da redemocratização do país, na década de 1980, os movimentos associativos populares passaram a reclamar participação na gestão pública. O desejo de participação comunitária se inseriu nos debates da Constituinte, que geraram, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. Esses conselhos têm um caráter nitidamente de ação política e aliam o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base. São muitas as formas de organização e as funções atribuídas a esses conselhos, mas sua origem radica sempre no desejo de participação na formulação e na gestão das políticas públicas. (BRASIL, 2004, p.19).

A visão de Conselho no âmbito escolar está carregada pela histórica luta dos povos em participar da administração e da tomada de decisões do público. Constitui-se em um mecanismo de gestão do sistema educacional, uma forma colegiada de participação da sociedade na vida escolar. Está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996) - LDB/96 e na Constituição Federal de 1988 – CF/88 e constitui-se em um meio democrático de participação da sociedade na organização, administração e funcionamento da educação.

As lutas atuais em relação à educação brasileira, segundo Silva (2009), estão voltadas para a abertura de mais vagas na escola pública, exigência de novos rumos na prática administrativa na educação, principalmente no que se refere a questão salarial e maior qualidade na educação, a qual perpassa por uma maior participação de todos os envolvidos no processo educativo:

Segundo Santos Filho (1992, p. 223), “ao lado do movimento pela democratização do acesso à educação pública, surgiu o movimento pela democratização institucional, ou seja, a democratização da gestão das instituições da sociedade”. (SILVA, 2006, p. 99)

A legitimação da formação e estabelecimento dos Conselhos Escolares nas escolas está definida no artigo 14 da LDB/96:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p.4).

Diante desta realidade, pode-se afirmar que a formação de Conselhos sempre foi válida dentro das sociedades e estes sempre representaram um meio entre o Estado e o povo. Constituem-se em meios democráticos de luta e conquista de participação do público e demonstram a necessidade de se buscar cada vez mais trazer a sociedade para a discussão sobre as ações públicas que regem a sua vida. Em consonância, os Conselhos Escolares tornaram-se grandes mecanismos de democratização do ensino e da gestão democrática da educação, oportunizando um caminho a participação e ao comprometimento mútuo para a melhoria da qualidade da educação nacional.

1.2.Conselho Escolar e os sistemas de ensino

A educação brasileira está organizada em diferentes instâncias sob responsabilidade dos diferentes entes que compõem a nação. Sendo um direito e um dever da população, confirmada em lei, a educação brasileira deve ser oferecida em regime de colaboração entre o Governo Federal, Estados, Distrito Federal e municípios. Este regime de colaboração está definido na CF/88 e na LDB/96:

É preciso enfatizar que a Constituição não estabelece hierarquia entre as unidades federadas, dotadas de autonomia. A relação entre os sistemas fundamenta-se no princípio da colaboração, não no da subordinação. A Constituição e a LDB estabelecem princípios e diretrizes necessários ao projeto nacional de educação, atribuindo aos sistemas campos de atuação e competências prioritárias. A hierarquia é estabelecida pela abrangência da lei, e o limite da autonomia são as competências nela definidas. (BRASIL, 2004, p. 22).

Neste sentido os sistemas de ensino estão ligados, mas possuem autonomia e cada ente federado é responsável por níveis de ensino ficando a União responsável pelo Ensino Superior, os Estados pela disponibilidade do Ensino Médio e Fundamental e os Municípios pelo Ensino Fundamental e pela Educação Infantil. Estes entes federados possuem atribuições que estão interligadas a gestão de seus sistemas de ensino, porém devem articular-se em um regime de colaboração, em prol de uma educação voltada para o todo, que requer articulação e planejamento integrado.

Para que a colaboração entre os sistemas e entes federados realmente ocorra, é necessário que a articulação destes se dê dentro do Plano Nacional de Educação. É neste que deve estar definido as funções e os objetivos de cada sistema e as atribuições que devem exercer para que a educação brasileira possa buscar a qualidade do ensino. Sua organização depende de ampla discussão e da participação da sociedade para que cada um participe e tenha seus direitos reconhecidos e seus deveres atribuídos:

A organização atual de fóruns dos sistemas (Consed, Undime, UNCME, Fórum dos Conselhos Estaduais) constitui importante estratégia para o planejamento integrado, a troca de experiências exitosas e a atuação em regime de colaboração. (Ibid, 2004, p. 22-23).

Na gestão dos sistemas de ensino a atuação dos Conselhos de Educação tem uma função importantíssima, pois este constitui a voz dos educadores frente a organização dos sistemas. Estes “fala publicamente ao governo em nome da sociedade, por meio de pareceres e decisões em defesa dos direitos educacionais da cidadania.” (Ibid, 2004, p. 24). São mecanismos de gestão colegiada, expressão das vontades da sociedade na formulação de políticas e normas educacionais. São organismos que falam ao governo os desejos da sociedade em relação à educação brasileira.

Os Conselhos de Educação constituem-se em órgãos de Estado, e portanto não deixam de existir com a mudança de governos. Sua função é a de garantir que as políticas educacionais, discutidas, planejadas e aprovadas se efetivem, independente de governo ou partido político, pois são a expressão da vontade do povo:

Para isso foram criados como fóruns da vontade plural da sociedade, para situar estrategicamente a formulação de normas e políticas educacionais além da transitoriedade dos mandatos executivos, evitando os riscos de eventuais intempéries em face da transitoriedade das vontades singulares dos governos. É para cumprir essa função que a tradição instituiu fixar mandatos alternados para os conselheiros, de forma que parte deles, ao menos, não seja coincidente com os de um determinado governo. (Ibid, 2004, p. 24-25).

Os conselhos possuem diferentes funções, dentre as quais pode-se destacar: **função deliberativa** - a lei atribui ao conselho função específica para decidir sobre determinadas questões; **consultiva** - possui caráter de assessoramento, exercido por meio de pareceres, aprovados pelo colegiado e encaminhados ao governo ou a sociedade; **fiscal** - tem a função de fiscalizar o cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações, aprova-las ou determinar providências de alterações; **mobilizadora** - ação efetiva de mediação entre o governo e a sociedade, estimulando a participação e o comprometimento de todos para com a educação.

Essas funções do Conselho de Educação lhe dão amplo poder de transformar a educação do país e também o compromisso constante de buscar melhorias que visem atingir uma qualidade no ensino brasileiro. Sendo assim, o que o Conselho faz é definir, através de princípios pedagógicos, ações e normas para atingir os objetivos estabelecidos em lei:

Assim, o Conselho Nacional de Educação (que não se confunde com o Sistema Federal), para a efetivação dos objetivos da LDB e das leis federais complementares, define normas e processos pedagógicos gerais de âmbito nacional, indispensáveis à preservação da unidade nacional. Os conselhos estaduais e municipais definem normas e ações complementares no âmbito de sua esfera de ação. (Ibid, 2004, p. 27).

Os conselhos, ligados aos sistemas de ensino, podem ser observados em âmbito nacional, o Conselho Nacional de Educação, em âmbito estadual, o Conselhos Estaduais de Educação, e também em âmbito municipal, os Conselhos Municipais de Educação. Em relação aos Conselhos Municipais, estes começaram a ser organizados a partir da CF/88, a qual criou os sistemas municipais de ensino. Estes conselhos se assemelham mais a conselhos populares, por englobarem um número menor de pessoas e que proporcionam uma maior participação e exercício da cidadania.

A ligação entre os sistemas de ensino e os Conselhos demonstra a importância da organização deste tipo de representação popular para o enriquecimento da democracia. O Conselho Escolar insere-se neste cenário como um espaço, na escola, para o debate e a busca de melhoria dos sistemas de ensino. É um espaço de debate popular, de busca de ações que articuladas as ações do governo possam promover a cidadania e a participação popular na gestão.

2.O CONSELHO ESCOLAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

A busca por uma maior participação na tomada das decisões que atingem diretamente a vida humana em sociedade é uma luta antiga e constante do povo. Esse espaço de participação conquistado com a ampliação da participação política pós-Ditadura Militar tem reflexos na forma de criação e condução das políticas públicas no Brasil.

A CF/88 incorporou uma série de medidas que buscaram um novo horizonte para a sociedade, através de uma maior participação do povo na vida política do país. No seu artigo 206, faz-se referência a gestão democrática da educação, demonstrando uma preocupação com a participação de todos para com a melhoria do ensino e na qualidade, levando todos a se comprometerem neste processo.

Além disso, a LDB/96 reafirma a gestão democrática da educação e afirma que cada estabelecimento de ensino deve definir suas formas de democratização, dando a oportunidade de cada escola estabelecer seus vínculos com a comunidade:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9493/1996)² ratifica os preceitos constitucionais e especifica, entre outros aspectos, os níveis e modalidades que compõem a educação nacional, a organização do sistema de ensino no país, as formas de financiamento e as competências dos entes federados – União, Estados e Municípios. Em seu artigo 14, estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDB/96, p.3).

Nesse sentido, a questão da democratização do ensino público, não pode se resumir ao acesso à escola. Entende-se que a democratização da educação envolve sim o acesso, mas também a manutenção do aluno em sala de aula com uma educação de qualidade. Para que isso ocorra é necessária uma participação de todos os segmentos escolares, discutindo meios para tornar a educação um fim que tenha sentido para todos.

Segundo Paro (2002), para além de um princípio norteador a gestão democrática representa uma mudança no modo de entender o ato de administrar, principalmente numa sociedade marcada pelo autoritarismo, em que os determinantes sociais, económicos e políticos mais amplos agem contra esta tendência. Isso não quer dizer que devemos cruzar os braços e esperar transformações na sociedade para depois modificar a escola e sua organização. Qualquer mudança nas práticas das pessoas possibilitará, também, uma forma de transformação na sociedade. (PARO, 2002, p. 19, apud LUIZ; CONTI, 2007, p. 1).

A questão da gestão democrática torna-se um espaço a ser conquistado e tão desejado pela sociedade. Tem-se muito a se avançar neste sentido, pois é necessário que as pessoas saiam da inércia e busquem contribuir para a construção de uma educação diferente, que objetive a participação e a contribuição de todos, destacando os direitos, mas principalmente os deveres para com uma educação de qualidade.

No Brasil, temos instituído uma democracia representativa. Segundo Sousa (2014):

A democracia indireta estabelece que a população utilize do voto para a escolha dos representantes políticos mais adequados aos seus interesses. Desse modo, os cidadãos teriam os seus direitos assegurados por vereadores e deputados que se comprometeriam a atender os anseios de seus eleitores.

Para tanto acostumou-se a participar apenas na escolha dos representantes ao governo e pelo fato de existir uma lei que obriga a população maior de 18 anos a votar. É necessário desconstruir esta visão de democracia e mostrar que a participação nas decisões do que acontece no país é fundamental. A participação efetiva das pessoas na escola, acompanhando, exigindo, definindo e colaborando para uma educação voltada a sua realidade é tão necessária quanto a escolha de representantes ao governo.

A mudança da visão de participação começa pela escola dos filhos, pois através da criação de um ambiente colaborativo, pode-se formar cidadãos cada vez mais conscientes e atuantes em seu meio. É através do exemplo que podemos transformar a realidade e formar futuras gerações mais comprometidas e participativas, almejando sempre e cada vez mais a gestão democrática da educação e quem sabe de todos os serviços públicos.

[...] o ensino democrático não é só aquele que permite o acesso de todos os que o procuram, mas, também oferece a qualidade que não pode ser

privilégio de minorias econômicas e sociais. O ensino democrático é aquele que, sendo estatal, não está subordinado ao mandonismo de castas burocráticas, nem sujeito às oscilações dos administradores do momento [...]. O ensino democrático é, também, aquele cuja gestão é exercida pelos interessados, seja indiretamente, pela intermediação do Estado (que precisamos fazer democrático), seja diretamente, pelo princípio da representação e da administração colegiada. (CUNHA, 1987, p. 6 apud SILVA, 2006, p. 102).

A democratização do ensino supõe uma maior participação da comunidade na definição de projetos, linhas de ação e a educação que se quer. Para tanto, Gadotti (1988 apud SILVA, 2009, p.102) afirma que uma escola pública popular e democrática supõe a democratização de sua gestão, a democratização do acesso e uma nova qualidade de ensino que recoloca a questão da função social da escola. Seguindo esta linha, é compromisso de todos que estas exigências sejam efetivadas e se construam dentro de uma nova visão de democracia, na qual todos tem o direito de participar mas também o dever de contribuir.

Quanto à democratização da gestão escolar, esta perpassa a ideia de abertura e de envolvimento de toda a comunidade escolar:

A democratização da gestão escolar, por sua vez, supõe a participação da comunidade em suas decisões, podendo ocorrer através de órgãos colegiados e instituições auxiliares de ensino. A participação da comunidade não deve ficar restrita apenas aos processos administrativos, mas ocorrer nos processos pedagógicos que supõem o envolvimento da comunidade nas questões relacionadas ao ensino. (SILVA, 2009, p.102).

A criação de Conselhos Escolares tornam-se uma alternativa frente a questão da democratização da gestão escolar. Constituem organizações que tem sua legitimidade garantida pela LDB/96, em seu artigo 14, II, com a finalidade de contribuir para a efetivação da gestão democrática na escola:

O Conselho de Escola – concebido como um espaço que proporciona as livres manifestações de idéias e a geração de novas propostas vinculadas às demandas sociais – poderá ser um elemento facilitador na vivência da democracia na gestão escolar. Nesse sentido, é um dos principais instrumentos de democratização da escola, devendo ser visto não como mais um órgão escolar, mas como um modo de conceber e praticar a educação. (ALVES, 2005, p. 26).

Formados por pais, alunos, professores, equipe diretiva e funcionários constitui-se em uma forma de organização e de articulação de todos para que a

escola consiga atingir os desejos de todos. É um meio pelo qual se pode exercer a cidadania, levando todos a participar da tomada de decisões referentes ao funcionamento da escola, mas também constitui um elo de comprometimento para com a educação.

O Conselho Escolar aproxima todos os segmentos escolares a fim de buscar alternativas que contemplem a todos e que traga melhorias significativas para o ensino, pois havendo participação e comprometimento de todos para com o ato de aprender, se poderá construir um conhecimento significativo, adaptado a realidade de cada comunidade. Assim, todos ganham e aprendem, pois diante do exercício da democracia, da participação, do comprometimento, o Conselho Escolar cresce e se fortalece dentro e fora do espaço escolar, podendo buscar melhorias para a escola junto ao seu ente federado.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que representam a comunidade escolar e local, atuando em harmonia com a gestão da escola e resolvendo os caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas harmônicas com as precisões da escola. Daí se tirara a importância e qual a função do Conselho Escolar. (GÓIS; SILVA, 2005, p. 6).

É necessário que a escola se abra a participação de todos e a criação do Conselho Escolar pode ser uma alternativa frente as dificuldades que esta vem enfrentando nos dias atuais. A ideia de democracia passa pelo direito de participar, de escolher, de tomar decisões. Mas é necessário também que com estes direitos venham os deveres de participar, de se comprometer com a mudança. A escola necessita de ajuda e todos necessitam sentar, pensar e articular objetivos, metas a serem alcançadas. Essa postura de abertura pressupõe mudanças significativas na forma de gerir a educação e a participação em Conselhos Escolares torna-se um ato de gestão democrática.

Sendo um espaço de discussão de ideias e de definição de estratégias, o Conselho Escolar transforma a forma de ver a educação e acaba delegando tarefas que antes concentravam-se nas mãos da equipe diretiva. Assim, constrói-se uma ponte entre a família e a escola e se demonstra que todos tem o que colaborar, chamando a família e a comunidade a participar da escola:

Quando a comunidade escolar tem acesso às informações e é garantido o seu direito à participação na tomada de decisões, ela tem condições de

compreender melhor o funcionamento da escola e se organizar para assegurar os seus critérios de definição de prioridades, de forma que o Estado atenda aos interesses da maioria. É uma das maneiras de fazer funcionar a escola e organizá-la com vistas à melhoria da qualidade de ensino. (ALVES, 2005, p. 22).

A participação das pessoas em órgãos colegiados, os Conselhos, pode ser um meio de desenvolver no cidadão o hábito de participar que o leve a inserção consciente em mecanismos capazes de conduzir uma mudança de postura política efetiva frente a sua realidade. Através da criação deste hábito, que aos poucos vai sendo inserido no dia-a-dia da escola, a criança irá construindo sua cidadania e vivenciando uma realidade em que possa ela mesma participar das decisões relativas a sua vida escolar, através do exercício democrático, o que trará bons frutos no futuro, quando estes poderão modificar a realidade política atual.

O Conselho Escolar deve constituir-se em espaço que privilegie o diálogo, da troca de ideias, anseios da comunidade e da escola, para que em conjunto possam se buscar alternativas diante das dificuldades enfrentadas pela escola

Para aderir às inovações tecnológicas e contribuir com o progresso da democracia desejada, executando as propostas de resolução dos conflitos através do consenso, é necessário à formação e funcionamento dos conselhos dentro de um espaço mais dialógico e interativo, e isto só será possível a partir de discussões e elaboração de normas que servirão de fundamentação e sustentação do processo participativo. Uma vez que os sujeitos forem capazes de implantá-lo, o espaço do Conselho será o instrumento de tradução dos anseios da comunidade escolar. (MARQUES; SALES; MARQUES; SANTOS, 2013, p. 3).

A criação dos Conselhos Escolares constitui uma luta longa da sociedade por mais participação na tomada de decisões que irão atingir diretamente o seu cotidiano:

Neste sentido, percebemos que os conselhos escolares foram criados como fórum de representação da vontade plural da sociedade via participação das comunidades escolar e local. Sua função é dizer ao governo (da escola) o que a comunidade quer o que deseja ver feito, deliberando e aconselhando os dirigentes, no que julgarem prudente, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola (Ibid, 2013, p. 7).

Sendo identificado como um espaço de discussão e de definição dos objetivos a serem alcançados pela escola, os Conselhos Escolares, quando bem

constituídos e ativos, tem um papel fundamental na busca de melhorias da educação nas escolas junto aos entes federados, pois estes representam a escola e tem força frente às instâncias educacionais instituídas. Portanto, constituem órgãos fundamentais para a escola, pois além de discutir os problemas administrativos e pedagógicos da escola, podem buscar gerir e aumentar os recursos financeiros destinados à melhoria da estrutura e do funcionamento da escola

Nos municípios e estados brasileiros que já acumularam experiências em relação à prática de democratização, a gestão democrática vem exercendo influência positiva no que diz respeito a: estrutura e funcionamento dos sistemas possibilitando uma melhor comunicação secretaria x escola; planejamento estratégico, proporcionando maior participação e transparência administrativa; melhoria na qualidade de ensino oferecido aos alunos, contribuindo para que alcancem a formação cidadã; acompanhamento da política educacional, quando aumenta a capacidade de fiscalização da comunidade na execução das políticas. (Ibid, 2013, p. 8).

O Conselho Escolar constitui um órgão consultivo e deliberativo, que trata dos problemas financeiros, administrativos e pedagógicos da escola, contribuindo na elaboração e efetivação de projetos e propostas, visando a melhoria da qualidade da educação. Assim, os Conselhos Escolares assumem um papel fundamental na democratização da gestão da educação, pois é através dele que as diferentes visões podem ser discutidas e as decisões tomadas para que a educação venha a contribuir para a melhoria da vida das pessoas.

Segundo Luiz e Conti (2007, p. 4):

A atribuição do conselho é deliberar, nos casos de sua competência, e “aconselhar” a equipe de direção de escola a respeito das suas ações, para que encontre meios adequados às finalidades da escola. O conselho de escola se situa no espaço da defesa dos interesses coletivos, enquanto reúne diferentes segmentos (diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade) para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola. Suas atribuições dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições da comunidade usuária (pais ou responsáveis pelos alunos e alunos maiores de 16 anos) e equipe escolar (conjunto de servidores docentes e pessoal de apoio técnico e educacional).

A criação e implantação dos Conselhos Escolares torna-se uma alternativa de aproximar a escola, a família e a comunidade local, envolvendo todos os segmentos na busca de uma educação melhor. Constitui-se em um aprendizado coletivo e constante, em que todos possam contribuir expondo sugestões e contribuindo para a

efetivação do que for definido. Deste modo, a gestão democrática da educação se fortalece, trazendo todos a participar e a contribuir, sendo através de sugestões ou através de cobranças do que foi estabelecido, demonstrando a importância da voz do povo nas decisões referentes à sua vida.

A democratização da gestão pública pode e deve ser iniciada na escola, através da criação e do funcionamento do Conselho Escolar, através do exercício contínuo de participação, de discussão e de tomada de decisão. O bom funcionamento deste órgão, poderá desenvolver uma cultura de exigir uma maior participação do povo no ato de gerir serviços destinados a ele, contribuindo para uma gestão pública de qualidade, voltada as necessidades de cada local.

Através de uma educação voltada à participação e ao coletivo, em que todos em conjunto busquem alternativas e discutam soluções, será possível melhorar a realidade do ensino brasileiro. O Conselho Escolar torna-se assim um meio de efetivação da gestão democrática na escola, convocando todos os segmentos (pais, alunos, professores, funcionários e equipe diretiva) a participar e compartilhar tarefas, almejando um ensino de qualidade e que atenda as necessidades locais, voltadas para a formação da cidadania e que leve a autonomia.

O Conselho Escolar, assim, é o elo que aproxima escola-família-comunidade visando atender as necessidades destes segmentos. É fundamental que cada escola organize o seu Conselho e construa em conjunto um ambiente participativo e comprometido com a melhoria da educação, efetivando a democracia e desenvolvendo principalmente no educando, ser em formação, a cidadania e a consciência de que este pode e deve fazer a diferença.

3.O CONSELHO ESCOLAR E A ESCOLA: ESTUDO DE CASO.

O Conselho Escolar é um espaço no qual transita a expressão livre de ideias, de novas propostas relacionadas às demandas sociais de cada sociedade na qual a escola se insere. Constitui-se em um meio de auxiliar a escola na trajetória da democratização do ensino e na melhoria da qualidade da educação.

Partindo desta lógica, o Conselho Escolar como mais um órgão da escola, pode e deve auxiliá-la na construção de estratégias que visem integrar todos na busca de um ensino significativo. A sua formação dentro do âmbito escolar é um meio de fortalecer a democracia na escola, levando todos a participar do processo educativo e a se comprometer com um projeto de melhoria do ensino e da aprendizagem na escola.

Assim, este trabalho monográfico desenvolveu uma pesquisa de cunho qualitativo através de um estudo de caso junto a uma escola do município de Lagoa Bonita do Sul-RS. Esta escola, pertence a rede municipal, atende alunos da Educação Infantil (Pré A- 4 anos e Pré B- 5 anos), do 1º até 9º ano do Ensino Fundamental. Portanto, a pesquisa foi realizada junto aos alunos do 6º ao 9º ano, as famílias, professores, funcionários e equipe diretiva da escola. Optou-se pelos anos finais do Ensino Fundamental porque estes possuem uma maior compreensão em torno da educação e da participação no ambiente escolar, além de que nesta fase os alunos questionam mais a escola e seus métodos, buscando participar mais da tomada de decisões. Destes, 45 participaram da pesquisa. Quanto aos professores, funcionários e equipe diretiva, optou-se em aplicar o mesmo questionário por considerar que estes possuem uma importância fundamental no processo educativo e que todos educam, seja na sala de aula, no refeitório ou no pátio da escola. Participaram 12 pessoas deste segmento (2 equipe diretiva, 3 funcionários e 7 professores). Os pais investigados foram 33, cujo critério foi os respectivos responsáveis dos alunos investigados. A escola possui 160 alunos, sendo a única escola municipal desta cidade que oferta o Ensino Fundamental completo.

A escola localiza-se na zona rural do município e atende alunos de diferentes localidades, apresentando uma diversidade de realidade e interesses, onde alunos que moram na cidade preferem frequentar a escola, a 8 km de distância, em função

do ambiente acolhedor, da qualidade dos professores e das atividades desenvolvidas.

A participação da família na escola é bem ativa, levando em conta que a maioria dos pais são agricultores e participam mais da escola no período entre safra. A escola conta com um Círculo de Pais e Mestres – CPM, bem ativo e dedicado na realização de eventos que buscam arrecadar fundos para a escola, porém sua ação fica limitada a organização de eventos com finalidade lucrativa e na manutenção da estrutura física da escola.

A filosofia da escola constitui-se no desejo de construir cidadania, através de uma educação de qualidade com base no desenvolvimento social e político, preparando o educando para mudanças constantes em que vivemos, na busca da autor realização (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, 2011, p.8). Com o intuito de atingir esta linha de ação, a escola busca estabelecer elos com a comunidade através de atividades que busquem uma maior integração do educando com a sua realidade, como gincanas culturais, festas típicas, reuniões e palestras que aproximem a família da escola.

3.1.Os alunos

A pesquisa realizada com os alunos objetivou identificar a importância que estes dão a escola, qual o seu entendimento desta e como estes participam das atividades desenvolvidas na escola.

Assim, o primeiro questionamento feito aos educandos foi:

1. O que você pensa da escola? As respostas obtidas foram:

- “Ensina os alunos e aonde se descobre coisas novas”;
- “Realiza várias atividades legais e interessantes”;
- “Um caminho para o conhecimento, onde se aprende a conviver com pessoas diferentes”;
- “Um ambiente onde aprendemos a ler, escrever e ter amigos”;
- “Lugar onde aprendemos muitas coisas, uma porta para o mundo”;
- “Um passo para o futuro”;

- “Como legal, ótima, outros como ruim ou mais ou menos, com dias bons e outros ruins”.

Partindo deste questionamento, buscando compreender as respostas pode-se afirmar que os alunos possuem conhecimento da importância que a escola tem para a sua formação, pois atribuem a esta um valor primordial na construção do saber e na busca do aprendizado. Na visão do educando, a escola ensina ler, escrever, descobrir coisas novas, as quais contribuem na sua formação. Mas também atribuem à escola um valor primordial no estabelecimento de relações afetivas, na construção de amizades demonstrando a função social da escola enquanto espaço de construção da aprendizagem, de formação cidadã: formando opiniões, estabelecendo vínculos e convivendo com o outro, respeitando suas singularidades.

Nesse sentido, o segundo questionamento realizado aos alunos foi:

2. O que há de mais interessante na escola? Observemos as respostas:

- “Os amigos e aprendizado”;
- “Conteúdo das matérias e os professores”;
- “As oportunidades de aprender mais e os estudos”;
- “As brincadeiras”;
- “O campo de futebol”;
- “O recreio”;
- “As aulas de Educação Física, Educação Artística, Ciências e as aulas de pesquisa”;
- “Proporciona não ficar em casa”.

Analisando estas respostas, infere-se que os educandos possuem preferências pelas aulas mais práticas, possuem um bom relacionamento com os professores, pois demonstram que tem um apreço significativo por estes ao mencioná-los em suas respostas. Atribuem importância ao aprendizado, ao conteúdo trabalhado pelas disciplinas escolares, e também, ao estabelecimento de elos de amizade com colegas e professores. Portanto, a escola constitui-se, em um espaço amplo de relações significativas para o aluno, pois é ali que ele se constitui e está em constante processo de formação.

A importância dada ao saber, a aprendizagem, aos colegas, as brincadeiras e ao recreio, demonstra que o aluno possui inúmeras necessidades considerando a idade e a realidade de cada um. O jovem precisa estar em contato com outros

jovens, e a escola é um espaço privilegiado para tal, cabendo articular estes momentos, canalizando estas relações para o aprendizado e a formação do cidadão para o convívio em sociedade.

3. A escola oportuniza espaço para que você participe e discuta as atividades da escola? Em que momento e de que forma isso acontece?

A maioria dos alunos respondeu que sim através da oportunidade de participar das discussões da escola, opinando e sugerindo, contribuindo para a melhoria da educação na escola. Também através da realização de atividades que integrem os alunos na escola. Este ponto é muito positivo, pois a escola ao fornecer espaço ao aluno expor suas ideias demonstra-se aberta ao diálogo colaborando para o exercício de práticas democráticas.

Também destacaram os Conselhos de Classe como forma de participação, nos quais alunos, professores e equipe diretiva discutem o rendimento escolar, o comportamento, apontam sugestões para melhoria do funcionamento da escola, estes acontecem ao final de cada trimestre. Além disso, foram apontados ainda reuniões exclusivas entre alunos, professores e equipe diretiva, que podem ser convocadas a qualquer momento por cada um destes segmentos, frente a uma necessidade; apresentações para a festa da escola; gincanas e datas comemorativas; em torneios escolares; em trabalhos escolares.

Nesse sentido, observa-se que os alunos possuem a oportunidade de expressar suas ideias e anseios na escola, através dos Conselhos Escolares, porém poderia ser ampliado este espaço de discussão, considerando-se que estes ocorrem no final de cada trimestre, quando os alunos discutem com os professores o seu rendimento escolar e a exigência se restringe as aulas e as formas de avaliação. Há a necessidade de ampliar os momentos de participação dos alunos, principalmente no que se refere às tomadas de decisões relativas ao funcionamento da escola. É preciso trabalhar com o aluno a sua importância no processo de transformação da educação.

4. De que forma estes achavam que poderiam participar das escolhas do que poderia ser realizado na escola?

Responderam que gostariam de:

- “Discutir mais com os colegas”;
- “Discutir com professores e alunos”;

- “Formar Conselhos de alunos no qual houvesse debate de formas de estudo para favorecer os alunos e a escola”;
- “Reuniões uma vez por semana com a participação de todos”;
- “Mais Conselhos de Classe”;
- “Formação de um Grêmio Estudantil na escola”;
- “Formação do Conselho Escolar”;
- “Ser líder de turma- elo entre alunos e direção”.

Diante disto indica-se que os alunos tem consciência de que necessitam participar mais das decisões relativas ao funcionamento da escola, pois sugerem uma série de alternativas que visam sua participação na escola. Observa-se que os alunos citam a necessidade de reunir todos e discutir, e que estas reuniões deveriam ser mais frequentes. Citam também, a necessidade de organizar um Grêmio Estudantil na escola, o qual deve trabalhar as necessidades dos educandos e também da formação do Conselho Escolar como um meio de integrar a escola na busca por um ensino de qualidade, que prime pelas necessidades da comunidade escolar.

5. A sua família participa das atividades promovidas pela escola? Em que momento?

Os alunos responderam que as suas famílias participam das atividades da escola. Isso demonstra que a família comparece a escola quando solicitada através de reuniões convocadas pela direção, nas comemorações relativas às datas comemorativas, como dia das mães e dos pais. Sugere-se que se faz necessário uma ampliação da participação da família na escola, com discussões em torno da educação que se quer, comprometendo a família neste processo, demonstrando a sua importância na educação dos filhos.

6. Você gostaria de participar da organização de grupos de estudantes? Quais?

Foram indicados alguns tipos de organizações para os alunos como: grêmios estudantis, conselhos escolares e encontros de líderes de turmas. Neste sentido, a maioria dos alunos (40 dos 45) manifestou o desejo de participar de organizações de estudantes, o que demonstra que os alunos querem participar mais da escola. Este desejo perpassa principalmente pela participação na tomada de decisões relativas as atividades desenvolvidas. Explorando este desejo, a escola tem em mãos uma

boa forma de trabalhar nos educandos a cidadania, a democracia, os direitos e deveres do cidadão, abrindo um leque enorme para a formação integral do ser humano.

Em relação ao tipo de organização de estudantes, o destaque dado a formação de um Grêmio Estudantil na escola (35 dos 45 participantes), seria uma forma de dar voz aos estudantes e um elo que poderia auxiliá-los na busca de uma maior participação nos assuntos da escola. Mostrar ao educando que ele pode e deve participar é dar a oportunidade de desenvolver nele ações e competências necessárias para a vida em sociedade, pois a organização de grupos é uma boa maneira de luta pelos direitos sociais na atualidade e iniciar estas atitudes na escola transformará a sociedade, pois estaremos formando cidadãos conscientes e comprometidos para com a mudança.

Percebeu-se que os alunos participam das atividades desenvolvidas na escola e gostam do espaço físico, dos professores e de estudar. Também que a escola utiliza-se de meios para ouvi-los, através dos Conselhos de Classe, das reuniões, apresentações, entre outras formas citadas pelos educandos. Porém há a necessidade de uma maior abertura aos alunos, pois afirmam o desejo de organizar-se em grupos e contribuir na busca de alternativas para um ensino de qualidade. A ampliação da participação dos educandos na escola necessita de uma maior abertura da escola, buscando integrá-los num projeto educativo que venha atender as suas necessidades. Os jovens tem um potencial enorme que necessita ser mais aproveitado pela escola. A organização dos estudantes em grupos de representatividade, desenvolve a cidadania e a democracia no ambiente escolar e contribui para a formação de um cidadão atuante em seu meio.

3.2 A família

A pesquisa realizada junto as famílias dos alunos teve como objetivo perceber como a família vê a escola, qual a sua importância e qual a sua visão do funcionamento escolar. Assim, relacionamos as questões abaixo:

1. Qual a importância da escola para ela?

As respostas coletadas indicam que a escola é fundamental na formação das crianças. Os pais afirmaram que a escola é:

- “Importante para a educação dos filhos”;
- “Um ambiente de aprendizagem para a vida”;
- “Local de estudo, que ensina ler e escrever, no qual se aprende coisas novas”;
- “O futuro dos filhos”.

Assim, a família vê a escola como um espaço de desenvolvimento, de crescimento do filho, na qual deve aprender a ler e escrever, mas também que deve prepará-los para o futuro, para a vida em sociedade. A escola é o espaço em que se constrói o saber que deve ser significativo ao aluno. Para os pais, a escola é o local do conhecimento, e para tanto cabe a esta procurar meios de desenvolver as crianças e prepara-las para o mundo, não apenas o do trabalho, mas principalmente para viver em sociedade, desenvolvendo a cidadania de cada um. A família acredita muita esperança na escola e por isso se faz necessário buscar uma aliança mais sólida junto a família, demonstrando a sua importância na formação do indivíduo.

2. Como a sua família costuma participar das atividades desenvolvidas pela escola?

A família comparece a escola principalmente em:

- “Reuniões convocadas pela direção da escola”;
- “ Nas datas comemorativas”;
- “Entrega de boletins”.

Diante das afirmativas pode-se afirmar que a família vai até a escola quando é convidada. Neste sentido, cabe a escola ampliar o leque de participação da família na escola, através da abertura a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, objetivando um maior comprometimento e acompanhamento do rendimento escolar com mais frequência. Através da troca de ideias é que se pode construir elos de aproximação da família com a escola e construir um ambiente democrático.

3. A escola dá oportunidade para que a sua família participe das decisões da escola?

A maioria das famílias (32 das 33 participantes), que responderam ao questionário afirmaram que a escola fornece esse espaço, demonstrando que a escola possui uma postura democrática, que está aberta ao diálogo e procura ouvir e atender os anseios das famílias. Este é um ponto positivo da escola, pois com este tipo de postura ela consegue um bom relacionamento com os pais e adquire

confiança para estabelecer alianças. Adotando uma postura dialógica, a escola demonstra que não é uma instância isolada e para tanto necessita da ajuda da família para realizar um bom trabalho.

4. De que forma você participa das decisões relacionadas ao funcionamento da escola?

Foram estabelecidos quatro formas de participação: reuniões de pais, em Conselhos Escolares, através do CPM e na entrega de boletins. Nesta questão os pais poderiam responder mais de uma alternativa, pois haviam pais que participavam ativamente em mais de uma atividade citada.

Em sua maioria os pais afirmaram participar das reuniões de pais (30 dos 33) e na entrega dos boletins (19 dos 33), deixando claro que a sua participação está condicionada ao chamado da escola em participar. Apenas três famílias afirmaram participar do CPM da escola, o que demonstra que é necessário trazer mais a família para a escola a participar da parte pedagógica e do ato educativo, sendo a formação do Conselho Escolar uma alternativa frente essa realidade.

5. Você acha que a escola deveria chamar mais a família para a escola, através da formação de Conselhos Escolares, nos quais pais, alunos, professores, direção e funcionários pudessem discutir como iria funcionar a escola? Por quê?

A maioria dos pais (23 dos 33) respondeu que gostaria participar de um Conselho Escolar porém, uma parcela significativa das famílias (10 dos 33) não gostaria e afirma que está tudo bem do jeito que está e que existem profissionais capacitados na escola para decidir sobre como a escola deve funcionar. Este fato demonstra que as famílias não tem muito esclarecimento em torno do que seja o Conselho Escolar revelando a necessidade de um maior comprometimento das famílias no processo educativo, pois não é função apenas dos profissionais da educação, mas sim de todos.

Em relação aos que responderam de forma positiva estes afirmaram que com a formação do Conselho Escolar o “funcionamento da escola seria melhor”, “possibilitaria a tomada de decisões em conjunto”, “proporcionaria mais participação”, “as famílias estariam mais informadas sobre o funcionamento da escola”. Diante destas afirmações, percebe-se que as famílias gostariam de conhecer como a escola funciona e contribuir para um bom funcionamento, fato que

pode estabelecer um maior comprometimento de todos com a educação, estabelecendo vínculos que podem consolidar uma gestão democrática na escola.

A abertura de novos espaços de participação da família na escola é uma alternativa no sentido de um maior comprometimento de todos para com a educação. O Conselho Escolar pode ser a ferramenta nesta aproximação, pois é nele que as famílias podem discutir com professores, alunos, funcionários, equipe diretiva, linhas de ação que venham ao encontro das expectativas de cada segmento. Além disso, a participação de todos neste processo é um ato democrático e demonstra que todos tem a contribuir em educação, desde que haja envolvimento e comprometimento para com ela.

6. Você gostaria de participar mais da escola, saber como ela funciona e o que nela acontece?

Nesse sentido, houve um equilíbrio de respostas, 20 afirmaram sim e 13 afirmaram que não, observando-se que muitos pais não querem sair da sua zona de conforto e participar mais da vida escolar dos filhos. Este é um ponto negativo e que necessita ser trabalhado pela escola. É preciso construir meios de aproximar e comprometer as famílias para com a educação dos filhos. É necessário conscientizar as famílias que é importante a mudança de postura frente a escola, que é preciso participar da escola, saber o que acontece nela, sugerir mudanças e participar das atividades desenvolvidas por ela. Assim, a escola terá uma nova postura, a postura da mudança e a democracia será a fonte da construção do saber, do saber válido a todos.

Para aquelas famílias que afirmaram que não gostariam de participar mais da escola justificaram afirmando que “o que está sendo feito está bom” e por “falta de tempo”. Enquanto que as famílias que gostariam de participar mais da escola justificaram indicando: “participar mais da educação dos filhos”, “para analisar o comportamento dos alunos e ver como funciona as atividades dos professores” ou para “conhecer melhor a escola”. As justificativas demonstram que muitos pais não querem participar do processo educativo, deixando para a escola a função de educar e a preocupação dos pais que querem uma maior participação em saber como funciona a escola, o processo educativo e o comportamento dos filhos em sala de aula.

Analisando as afirmações das famílias conclui-se que se faz urgente uma atitude de mudança da escola frente à participação da família no processo educativo. É necessário trabalhar com as famílias a participação nas atividades desenvolvidas na escola e esse trabalho deve ser iniciado pela escola.

3.3 Profissionais da educação: professores, equipe diretiva e funcionários

Ao se pensar em educação, muito se tem a discutir em torno das questões relativas à qualidade da oferta desta, sendo de suma importância a função dos profissionais da educação (professores, direção, funcionários) para este processo. Os educadores assumem um papel fundamental na concretização de ações que visem uma melhoria do ensino brasileiro, pois estão constantemente em contato com diferentes seres, seres estes em formação, e para tanto sua influência na construção da gestão democrática é primordial.

A pesquisa realizada com os profissionais da educação da escola RA buscou instiga-los a pensar a educação e formas de integrar a comunidade escolar através do estabelecimento de parcerias que buscassem comprometer todos com a educação e buscar uma gestão democrática do ensino na escola. Assim, a reflexão em torno das questões propostas almejou tirar os educadores da zona de conforto e instiga-los a refletir a prática pedagógica, mas também, maneiras de envolver a comunidade nas atividades desenvolvidas pela escola.

Assim, foram realizados os seguintes questionamentos:

1. Frente à linha de ação da escola, de que forma a escola poderia conseguir uma maior participação da sua comunidade escolar nas atividades desenvolvidas por ela?

Cerca de 45% dos 12 educadores que participaram da pesquisa, entendidos aqui como todos os profissionais da educação, acreditam que é preciso desenvolver projetos que visem uma maior integração entre a escola e a comunidade escolar e que estes devam vir ao encontro da realidade local, buscando motivar todos a participar da escola. Estes citam como exemplos a realização de oficinas, espaços para a prática de esporte; 25% acredita que a escola já desenvolve atividades que integram a comunidade a escola, pois esta está presente em praticamente todas as atividades desenvolvidas, porém afirmam que há certo comodismo dos pais e é

necessária uma mudança de consciência destes, pois delegam todas as responsabilidades ao educandário; 20% acredita que a escola precisa desenvolver atividades voltadas a realidade escolar, preparando seus alunos para a vida social, buscando a igualdade dentro da diversidade existente; e 10% afirma que é necessário primeiramente convidar os pais para participarem das atividades desenvolvidas dentro da escola, para que estes conheçam o trabalho desenvolvido e tentar incluí-los nestas atividades para que possam colaborar no processo de construção de uma educação de qualidade. Afirmando também que é necessário motivar os alunos a participar e colaborar na concretização de ideias que busquem a integração de todos em prol da melhoria do ensino e também na busca de uma gestão mais democrática.

Diante das afirmações dos educadores, pode-se afirmar que a escola necessita abrir-se mais para a participação da comunidade, principalmente no que se refere ao seu funcionamento. As respostas obtidas relacionam à participação da comunidade a realização de projetos, mas não vinculam a participação destes nas questões burocráticas e pedagógicas da escola. Neste sentido, é necessária uma mudança de postura, pois a iniciativa de mudança deve partir da escola, a qual necessita trabalhar a participação dos pais e dos alunos nas decisões de como a escola deve funcionar, trazendo a visão destes para a prática educativa. A criação de um Conselho Escolar pode aproximar mais todos os setores escolares e cultivar em todos os atos de participar, de colaborar para a melhoria da educação.

2. Que tipos de atividades são promovidas para integrar Escola-Família-Comunidade?

As respostas obtidas restringiram-se a atividades alusivas as datas comemorativas, principalmente as comemorações do Dia das Mães e dos Pais, a festa anual da escola, reuniões de pais nas quais são discutidos assuntos diversos e palestras promovidas na escola. Assim, família e comunidade comparecem à escola quando são convidados por ela, ficando sua ação restrita a participação em eventos promovidos pela escola. A inserção da família na escola necessita de mudança de postura de todos para que se tenha uma real mudança na educação. Promover atividades é uma boa forma de trazer a família para a escola, mas é necessário ampliar este leque, trazendo à tona espaços para a discussão das reais necessidades e expectativas que a família tem em relação à educação e também do

que a escola espera da família. Essa aproximação deve ser constante e reuniões mensais ou até semanais com todos podem mudar a postura de todos frente ao ensino.

3. Qual a sua visão da organização de Conselhos Escolares para auxiliar no desenvolvimento dos projetos educativos das escolas, buscou identificar qual era a visão dos educadores em relação à formação de um Conselho Escolar na escola? Cerca de 50% dos educadores(6 dos 12) afirmaram que a formação dos Conselhos Escolares é importantíssima, pois abre espaço para uma maior participação de todos na tomada de decisões na escola realizando um trabalho participativo e envolvente que culminaria na geração de uma maior autonomia dentro da escola; 25%(3 dos 12) entende o Conselho Escolar como uma ferramenta de gestão democrática da educação e de acompanhamento responsável da prática educativa que permite que todos os setores da escola se envolvam nas ações do educandário; os outros 25%(3 dos 12) entendem o Conselho Escolar como um colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade escolar, que tem a função de gerir coletivamente a escola, melhorando o planejamento dos projetos desenvolvidos pela escola já que um maior número de pessoas estariam ligadas a tomada de decisões e organização.

Estas afirmativas confirmam a importância do Conselho Escolar para uma gestão democrática da educação pois, permite a participação de todos os setores escolares na tomada de decisões relativas a escola. É um espaço de discussão, de diálogo, de tomada de decisões que busca atingir a coletividade e a autonomia de todos através do comprometimento de todos os segmentos para com a melhoria da qualidade do ensino. Assim, todos saem ganhando e tem o espaço para construir um conhecimento válido e significativo dentro da sua realidade.

4. O que você entende por gestão democrática do ensino?

Este questionamento buscou identificar a visão que os profissionais da educação têm da gestão democrática da educação. Sendo que, 70%(8 dos 12) dos educadores compreendem a gestão democrática como a participação de todos, pais-professores-família-alunos-direção-funcionários, dando opinião em relação às questões relativas ao funcionamento da escola. Esta prática demanda a abertura da escola e do gestor a novas ideias, contando com a colaboração de todos para um bom funcionamento da educação; 20%(3 de 12) veem a gestão democrática como a

participação transparente e democrática, uma forma de administrar uma instituição escolar de modo que permita a transparência de todos os envolvidos; 10%(1 de 12) definem a gestão democrática como um processo de colaboração de todos os membros da comunidade escolar, onde o ato de planejar, pensar, organizar e decidir ações, as metas a serem atingidas pela escola são realizadas em conjunto, de forma que contemple os interesses e as necessidades de todos. Gestar democraticamente exige constante reflexão sobre o trabalho, sobre a prática educativa e é uma atividade extremamente difícil.

A gestão democrática da educação requer humildade e transparência, pois está pautada na ideia da participação de todos no processo educativo. A abertura para a participação dos diferentes segmentos escolares deve partir da escola e é imprescindível que todos estejam comprometidos com a mudança. Só assim, os alunos cresceram dentro de um ambiente colaborativo e aprenderão a exercer a cidadania dentro da escola e fora dela de forma efetiva, sendo que com o passar dos tempos, a gestão democrática será uma realidade vivenciada como hoje são as aulas, o conteúdo, as avaliações. A mudança de postura é necessária e só há democracia quando as pessoas se propõem a tê-la e exercê-la.

5. De que forma como a escola pode aumentar a participação da família nas atividades desenvolvidas por ela. Neste sentido, o questionamento feito aos educadores foi o seguinte: De que forma a escola poderia promover uma maior participação da família na escola, para o desenvolvimento de seu Projeto Político Pedagógico? Em torno de 50% dos educadores (6 de 12) acreditam que é necessário desenvolver projetos que visem à integração da família na escola, aumentando a participação desta nas atividades desenvolvidas no educandário; 30 % (4 de 12) acredita que a comunidade escolar deve participar da construção do PPP, contando com as ideias de todos, através de um trabalho coletivo, delegando atividades que visem à integração; 10% (1 de 12) afirma que além de chamar a família para participar é necessário que os educadores possam conhecer a realidade do aluno, através da realização de visitas as casas dos alunos, cuja atividade pudesse colaborar para a construção de um PPP mais adequado a realidade e as necessidades da comunidade escolar; os outros 10%(1 de 12) afirma que se deve pensar em uma proposta de PPP pautada na coletividade e promover a socialização

do poder, através da abertura de espaços para o diálogo, em que todos possam pensar conjuntamente o PPP da escola.

A família precisa conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola para poder participar das atividades desenvolvidas na escola. Como os educadores bem afirmaram, é necessário que o PPP da escola seja construído em conjunto para que a escola conheça as necessidades e desejos das famílias e dos alunos, como também possa buscar desenvolver atividades que levem a uma maior participação da família na escola. A postura de abertura inicia-se na escola, a qual deve construir espaços de discussão e promover a integração entre os segmentos visando à participação, o comprometimento e a melhoria da educação. Delegando poderes e atribuições à escola pode construir parcerias produtivas que irão auxiliá-la no caminho para uma educação de qualidade e democrática.

6. Na sua opinião, qual o seu papel na integração da comunidade escolar para uma gestão democrática do ensino na escola?

Cerca de 60%(7 de 12) afirmaram que devem participar das atividades/projetos desenvolvidos na escola; 30%(4 de 12) afirmaram que devem procurar disponibilizar espaço para conhecer a comunidade escolar, as famílias, entender os anseios dos alunos e realizar um trabalho integral; 10%(1 de 12) acreditam ter um papel fundamental, pois através da iniciativa de abertura da escola para o diálogo com os pais e alunos, é que todos terão oportunidade de participar mais da escola, buscando melhorar o ensino.

Observa-se que os educadores tem a consciência de que a iniciativa da mudança deve partir deles. Na sua maioria afirmam que devem participar das atividades desenvolvidas pela escola, mas também é necessário que criem espaços para o diálogo com todos os segmentos escolares, através dos quais possam conhecer a realidade das famílias e dos alunos. Neste sentido, a criação do Conselho Escolar na escola seria uma alternativa para esta integração, um espaço de discussão de interesses, os quais poderiam culminar em projetos que almejassem as necessidades de todos, e construíssem um espaço democrático de tomada de decisões, com a participação de todos os segmentos. Assim, a escola sairia ganhando e todos poderiam crescer conjuntamente, aprendendo que o saber é construído por todos, com todos em um ambiente colaborativo, comprometido com uma educação voltada a realidade local e aplicada ao meio. Isso é gerir

democraticamente, quando todos participam, decidem e se comprometem com o que é estabelecido.

4.CONCLUSÃO

A democratização da educação no Brasil constitui-se em uma luta antiga e intensa da sociedade pela ampliação de seus direitos. O direito de participar da estrutura escolar, dinamizando o processo educativo, ainda é uma busca, pois as escolas estão marcadas pelo autoritarismo, reinante também em outras instâncias da sociedade brasileira.

A busca pela mudança deve ocorrer a partir do desejo da escola de ampliar a participação das famílias no meio escolar, integrando-os em um projeto amplo de educação, que envolva toda a comunidade escolar. Observa-se que os pais tem desejo de participar da organização da escola, porém estes, na maioria das vezes, não tem conhecimento de como fazê-la o que causa um certo comodismo, pois a escola acaba buscando as soluções para os seus problemas através da figura do Gestor Escolar e sua equipe.

O Gestor Escolar tem um papel fundamental na mudança de postura de todos os segmentos escolares para com a educação na escola. É dele que deve partir a abertura para a participação. Como relataram os pais no questionário, estes participam da escola sempre que são convidados. Eis aí a arma da qual o Gestor deve se valer. Chamar a família para a escola e buscar meios de articular todos os segmentos é integrar a escola em prol de um projeto educacional amplo, na qual todos têm deveres e direitos e para tanto, contribuem para a construção do conhecimento.

Neste sentido, a pesquisa realizada com a comunidade escolar da escola RA buscou identificar a visão da comunidade escolar acerca da educação, da escola, do ato de participar, da democratização, sobre a formação do Conselho Escolar e do que se espera da escola e do ensino. Os dados coletados revelam que temos muito que avançar em termos de conhecimento mas também faz-se urgente trabalhar nas escolas a cultura do questionamento, da participação e da formação de opiniões que visem modificar a realidade educacional e também desenvolver a cidadania.

O presente estudo foi motivado pela necessidade que a escola RA possui de ampliar a participação da família na escola, confirmada pelas respostas obtidas nos questionários, tanto pelos alunos, pais e os profissionais da educação. Essa necessidade reflete-se no rendimento escolar dos alunos, pois percebeu-se que o

distanciamento da família da escola está afetando a aprendizagem e o trabalho dos educadores. Neste sentido, identificou-se que é necessário criar alternativas que objetivem uma maior participação e comprometimento das famílias para com a educação de seus filhos. Comparecer a escola apenas quando é solicitada, não é o suficiente. É necessário que a escola busque meios de trazer a família para dentro do ambiente escolar, fazendo com que ela sinta-se parte do processo educativo, atuando ativamente na construção de uma educação válida para todos.

O comprometimento da família com a escola poderia ser atingido através da criação do Conselho Escolar, o qual teria uma maior participação nas ações da escola do que o CPM, através da realização de reuniões constantes, que tivessem como finalidade a criação de ações e a definição do tipo de educação que se quer. Assim, a família participaria das decisões, mas também assumiria seu papel neste processo, pois uma educação de qualidade somente pode ser atingida com a participação e responsabilidade de todos.

A implantação de um Conselho Escolar na escola constitui-se em um artifício valioso na integração dos segmentos escolares. Este é um meio para que todos possam participar de forma efetiva na escola, pois é formado por professores, pais, alunos, direção, funcionários e é um espaço de discussão em que todos podem contribuir com ideias e sugestões para a melhoria do ensino. É um espaço de diálogo, de comprometimento, de envolvimento, que busca uma ampliação do conhecimento em torno da escola, do tipo de educação que se quer, do fazer pedagógico e financeiro, trazendo à tona a voz de todos em prol de uma educação de qualidade.

Os sistemas de ensino tem muito a crescer com a colaboração dos Conselhos de Educação, começando pela organização e funcionamento do Conselho Escolar nas escolas. Criar espaço para que a comunidade local tenha espaço de participar da discussão em torno da educação que se quer é demonstrar que todos temos direitos e também deveres neste cenário. Torna-se um meio de efetivar a democracia no país e buscar ações que melhorem a nossa educação, em que todos possam se autor realizar e buscar seu espaço neste mundo globalizado.

A ampliação da participação dos segmentos escolares nas discussões sobre a educação na escola amplia os espaços da democracia e prepara o aluno para viver em sociedade. Constitui-se em um meio de trabalhar a cidadania, os direitos e

deveres de cada para com a educação, e assim cada um compromete-se frente a um projeto amplo e democrático da educação.

O Conselho Escolar, além de ser um órgão colegiado da escola, é o espaço para que todos os segmentos, conjuntamente, definam o tipo de educação e de cidadão que se quer. A escola, com a existência deste órgão, amplia sua linha de ação e constitui parcerias, as quais têm muito a contribuir na melhoria da educação. É um meio de aproximar todos os segmentos e de delegar poderes, levando todos a colaborar no processo educativo.

A pesquisa revelou que os alunos demonstraram o desejo de participar mais da escola. Para isso, demonstraram o desejo de organizar um Grêmio Estudantil na escola. Esta forma de organização dos estudantes representa-os frente aos demais segmentos e é um meio de buscar defender a classe estudantil. O Grêmio busca agir em prol dos alunos através do diálogo com a equipe diretiva e professores, almejando resolver possíveis conflitos ou concretizar anseios dos estudantes. Cabe à escola incentivar este tipo de organização, pois através dela os alunos irão adquirir um grande aprendizado, pois deverão organizar-se em grupo, aprender a dialogar, ouvir o outro, respeitar as diferenças e defender seus ideais frente aos demais segmentos. Também pode ser um espaço de luta, de busca, de organização em grupo o que demanda persistência, participação e envolvimento.

Os profissionais da educação afirmaram a importância da organização de um Conselho Escolar na escola, como um espaço que pudesse ampliar a participação e envolver todos no processo educativo. Na maioria das vezes os pais delegam à escola a tarefa de educar. Porém todos tem um papel fundamental neste processo. Neste sentido, a organização do Conselho Escolar possibilitaria a aproximação da família da escola e facilitaria o diálogo entre os segmentos, pois nele professores, pais, alunos, direção e funcionários poderiam debater soluções, expor as necessidades de cada, e em conjunto, buscar soluções para os problemas da escola. Este fato faria com que todos se comprometessem com a educação e tornaria a gestão do ensino algo mais dinâmico, participativo, envolvente e democrático.

A gestão democrática da educação só é possível com a participação de todos do processo educativo. Enquanto não se tiver a visão de que é necessário integrar a família no ambiente escolar e dar voz aos alunos, não se pode pensar em gestão

democrática. É necessário ampliar os espaços de participação de todos no campo educacional, começando pela abertura da escola para ouvir a sua comunidade escolar. A organização do Conselho Escolar é uma alternativa para que todos participem e seu funcionamento deve ocorrer com encontros mensais para discutir as ações da escola.

Ao envolver todos os segmentos escolares, através do Conselho Escolar, a escola adota uma postura democrática, pois procura ouvir a sua comunidade para, a partir dos seus desejos, traçar ações e estratégias educativas que venham ao encontro das necessidades desta. Além disso, está exercendo a democracia e preparando seu aluno para inserir-se na sociedade e buscar fazer a diferença, trabalha a cidadania e transforma o ser frente ao mundo, pois demonstra que ele tem direitos, deve se fazer ouvir e buscar melhorias para a sua vida e dos outros, e também demonstra que ele tem deveres para com todos, buscando a formação integral do ser humano.

A organização do ser humano em Conselhos data de milhares de anos e por isso, a organização do Conselho Escolar é uma necessidade frente aos anseios de melhoria da educação no país. É necessário o comprometimento de todos para que se tenham avanços significativos no ensino, pois estabelecendo alianças que se pode buscar atingir as necessidades de todos e construir um conhecimento que seja significativo para todos. Neste sentido, o Conselho Escolar é o espaço de busca destas alianças e de discutir estratégias que busquem a melhoria, além de que ao delegar tarefas, a escola abre-se para a ampliação de ações democráticas que levam ao envolvimento de todos no ambiente escolar. Assim, a educação adquire significado aos segmentos escolares, pois estes estão diretamente envolvidos no processo educativo e se sentem parte integrante da educação.

A formação do Conselho Escolar pode ser uma alternativa para que essa mudança ocorra, pois os pais devem participar mais do funcionamento da escola e essa abertura deve ser feita pela escola. É necessário desmistificar a visão de que os profissionais da educação detém o saber e, portanto os pais não tem nada a contribuir. A mudança passa pelo desejo de todos em melhorar o ensino e a qualidade da educação e nesta linha, a família tem um papel primordial de acompanhar, de se envolver e participar das discussões em torno de como a escola deve funcionar.

A educação só terá mudanças significativas a partir do momento que todos os segmentos escolares tenham a consciência de que tem um papel fundamental no processo educativo. A participação, o comprometimento, o envolvimento de todos na escola, através do Conselho Escolar, transformará a visão de escola que se tem hoje e lhe dará um novo sentido, um espaço democrático, educativo, de cidadania, em que todos possuem uma função primordial para que o conhecimento se efetive. A partir da adoção deste tipo de postura, por parte da escola, é que se dinamiza a instituição escolar e se efetiva uma gestão democrática do ensino, com a participação e o comprometimento de todos para com a melhoria do ensino.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Educar, Curitiba, n.31, p.129-144, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09>. Acesso em 21 de agosto de 2014 às 19hs.

ALVES, Andréia Vicência Vitor. **PARA QUE FORTALECER OS CONSELHOS ESCOLARES?** Web Revista Diálogos & Confrontos Revista em Humanidades ISSN - 2317-1871 | VOL 01 – 1º Semestre – JAN – JUN 2012. Disponível em: <http://www.uems.br/dialogoseconfrontos/Arquivos/PARA%20QUE%20FORTALECER%20OS%20CONSELHOS%20ESCOLARES-1.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2014, às 9hs35min.

ALVES, João Batista Pereira. **A TRAJETÓRIA, POSSIBILIDADES E LIMITES DOS CONSELHOS DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA-ES**. 2005. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. Disponível em: www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/joaoalves05.pdf. Acesso em 12 de setembro de 2014, às 17hs.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 15 de outubro de 2014, às 9hs.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.304/96**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 11 de setembro de 2014, às 15hs20min.

_____. Caderno Especial - **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**/Brasília – DF Novembro de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-escolares&Itemid=655 Acesso em 20 de agosto de 2014, às 9h30min.

_____. Caderno 1- **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**/ Brasília-DF Novembro de 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf Acesso em 13 de agosto de 2014 às 19hs45min.

_____. Caderno 2- **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**/Brasília-DF Novembro de 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad2.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2014, às 14hs.

_____. Caderno 3- **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade/** Brasília-DF Novembro de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad3.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2014 às 10hs.

_____. Caderno 4- **Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico/** Brasília-DF Novembro de 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad4.pdf Acessado em: 25 de Agosto de 2014, às 8hs50min.

_____. Caderno 5- **Conselho Escolar, a Gestão Democrática da educação e a escolha do diretor/** Brasília-DF Novembro de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2014, às 11hs.

_____. Caderno 6- **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e de qualidade da educação/** Brasília-DF Novembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%206.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2014, às 18hs.

CONTI, Celso; LUIZ, Maria Cecilia. **POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: OS CONSELHOS ESCOLARES COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAÇÃO DA CIDADANIA.** São Carlos, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/agestaoescolarconselho.pdf. Acesso em 03 de setembro de 2014, às 12 h.

GÓIS, Amanda Lituana Belo de; SILVA, Daise Kelly Alves da. **A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ESCOLAR.** Bananeiras, 2005. Disponível em: www.cchsa.ufpb.br/portalantigo/index.php?option=com...gid.... Acesso em 15 de Agosto de 2014, às 22 h e 15min.

MARQUES, Berenice Pinto et al. **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE FORMAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR A FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESCOLARES EM REDE NA CIDADE DE NATAL/RN.** Natal, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/BerenicePintoMarques-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2014 às 21h10min.

SANTOS, Claudivon Silva; OLIVEIRA, Ducirlândia F. de S.; BRITO, Regivane Santos. **A contribuição do Conselho Escolar na construção da Gestão Democrática no município de Planaltino-BA.** Bahia, 2012. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/68CO.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2014, às 11h.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. **Projeto Político Pedagógico.** Lagoa Bonita do Sul, RS, 2011.

SILVA, Nilson Robson Guedes. **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.** São Paulo, Periódicos, Vol9, 2009. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAe3dAAL/gestao-escolar-democratica-contextualizacao-tema>. Acesso em 23 de agosto de 2014, às 8h.

SOUSA, Rainer. **DEMOCRACIA DIRETA E INDIRETA.** 2014. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/politica/democracia-representativa.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2014, às 20 hs

APÊNDICES

